

Degradação socioespacial: análise dos impactos provocados pela construção do complexo hidroelétrico de Paulo Afonso

José Gustavo da Silva Melo¹, Josimar Vieira do Reis², Jadson Freire da Silva³, Elisabeth Regina Alves Cavalcanti Silva⁴

¹Mestre em Desenvolvimento Urbano - MDU, Brasil.

²Doutorando em Desenvolvimento Urbano – MDU, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

³Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

⁴Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Professora do Instituto Federal do Maranhão.

Histórico do Artigo: Artigo submetido e revisado pelo VI Encontro de Desenvolvimento e Meio Ambiente – EDMA, sendo aceito e indicado para publicação

RESUMO

Analisar a relação socioespacial provocada pelo complexo hidroelétrico de Paulo Afonso, por meio das consequências originadas pela construção do empreendimento energético. As hidrelétricas no Brasil tem representado, para o desenvolvimento industrial do país, uma força motriz. A área territorial de Paulo Afonso, pertence à microrregião homogênea 147, Sertão de Paulo Afonso, ocupa uma área territorial de 1.545,192 km². A problemática abordada nessa pesquisa tem sua relevância ligada à necessidade de evidenciar o caráter complexo dos fatores que explicam as relações socioespaciais. As estratégias de pesquisa, em termos de aplicabilidade, são classificadas como: abordagem qualitativa, já que se utiliza de uma disposição bastante ampla. Como resultados observa-se que o complexo hidroelétrico de Paulo Afonso formado provocou mudança da paisagem urbana, nesse caso, nas representações sociais que as pessoas fizeram da nova cidade. Também foram atingidos os valores culturais, mudando os significados e o valor afetivo que reassentados faziam de seu espaço, de suas tradições, hábitos e costumes. Por fim, se conclui que o aproveitamento do potencial hidrelétrico do São Francisco representou para a sociedade nordestina, um processo de introdução de um modelo de indução de desenvolvimento muito difundido a época.

Palavras-Chaves: Impactos sociais, Desenvolvimento regional, Herança histórica.

Socio-spatial degradation: analysis of the impacts caused by the construction of the Paulo Afonso hydroelectric complex

ABSTRACT

To analyze the socio-spatial relationship provoked by the Paulo Afonso hydroelectric complex, through the consequences of the construction of the energy project. Hydropower plants in Brazil have been a driving force for the country's industrial development. The territorial area of Paulo Afonso, belongs to the homogeneous microregion 147, Sertão de Paulo Afonso, occupies a territorial area of 1,545,192 km². The problem addressed in this research has its relevance linked to the need to highlight the complex nature of the factors that explain the socio-spatial relationships. The research strategies, in terms of applicability, are classified as: qualitative approach, since a very broad provision is used. As a result, it can be observed that Paulo Afonso's hydroelectric complex formed a change in the urban landscape, in this case, in the social representations that people made of the new city. Cultural values were also achieved, changing the meanings and affective value they reassessed made of their space, their traditions, habits and customs. Finally, it is concluded that the use of the hydroelectric potential of the São Francisco represented to the Northeastern society, a process of introduction of a very widespread model of induction of development at the time.

Keywords: Social impacts, Regional development; Historical Heritage.

1. Introdução

A luta entre o homem e a natureza sempre foi uma constante na região Nordeste do Brasil. A força dos elementos da natureza sempre exigiu de quem nela habitasse certo esforço. Pelo que se sabe, os primeiros habitantes da região de Paulo Afonso, foram povos ameríndios, muitos vieram do litoral fugindo dos portugueses, que “descobriram” o Rio São Francisco no dia 04 de outubro de 1501. Para os índios o grande fio d’água era o “Opará”, que significa rio-mar, os colonizadores o batizaram com o nome de “São Francisco”, por ter sido descoberto no dia do santo católico. Hoje, entretanto, são poucas as reservas indígenas, em Paulo Afonso/BA. Atualmente na reserva ecológica Raso da Catarina vivem os índios da tribo Pankararé (FOLHA SERTANEJA, 2015, p. 6).

Esta região sempre serviu de rota para viajantes, a travessia do rio era feita na cidade de Santo Antônio das Glórias, atualmente “Nova Glória”, da qual Paulo Afonso fazia parte (e que só viria a se emancipar em 1958), por ali passou a “rota dos bois” no período de colonização, “Curral dos bois” foi o nome dado à região e “rio dos currais” era como chamavam o São Francisco neste período, que servia de pouso de boiadas nas longas viagens. Os viajantes e seu gado matavam a sede e o cansaço nas margens do rio, era caminho dos colonizadores que povoaram e cultivaram as terras dos sertões (SANTIN; FLORES, 2006).

Porém, o maior deslumbre da região sempre esteve ligado aos acidentes geográficos, como os cânions e a Cachoeira de Paulo Afonso. O poeta Castro Alves, que não chegou a conhecê-la, dedicou-lhe um poema, “Cachoeira de Paulo Afonso” que intitulou um de seus livros, no dia 20 de outubro de 1859 o então imperador D. Pedro II e sua comitiva, também conheciam a tão falada Cachoeira (REIS, 2004). Todavia, a história não é apenas técnica, isto é, de um empreendimento técnico de grande envergadura, mas revelando, principalmente, o que há de mais humano nas relações sociais que se estabeleceram nessa região (PEREIRA, 2012; PESAVENTO, 2007).

Para que esse intento, análise das relações sociais, pudesse ser realizado, recorreu-se aos instrumentos conceituais e metodológicos documentais e técnicos, tão valiosos em face dos objetivos desse documento que privilegiou a análise de conteúdo dos agentes sociais da história pioneira de Paulo Afonso e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), relatando fatos e casos, incorporando a cultura trazida por cada um deles (TEIXEIRA, 2005). Destacamos que esses pioneiros vieram de cidades, estados e até mesmo países diferentes, agregando suas culturas as de outros povos que aqui se encontravam a procura de emprego (MENDONÇA; BRITO, 2007).

Diante do exposto, a finalidade da pesquisa é a de canalizar a construção histórica do complexo hidroelétrico de Paulo Afonso, Bahia, Brasil, por meio das consequências socioespaciais originadas pela construção do empreendimento energético. Contudo, a problemática abordada neste estudo tem sua relevância ligada à necessidade de evidenciar o caráter complexo dos fatores que explicam as relações socioespaciais, em termos das condições de evolução do processo de implantação das hidrelétricas no submédio São Francisco.

2. Material e Métodos

O papel que a escolha do tema tem na pesquisa científica, é de grande importância, visto que para Macorni e Lakatos (2009) o referido é o primeiro passo para a construção do objeto científico. Segundo os autores, a escolha do tema é o reconhecimento tanto da importância de determinado processo diante de um amplo leque de vários outros, quanto também da relevância científica deste que, de fato, justifique a pesquisa.

No bojo desta discussão Gil (2009) também destaca que o tema escolhido para a pesquisa é difícil, digamos, e por vezes tentadoras. Em resumo, pelo menos nas ciências Humanas e Sociais os assuntos que escolhemos têm a ver com nosso desejo, o que explica que a um só tempo nos atraiam e nos atemorizem. Assim, parte da crítica sobre a crise do modo de se fazer teses nas ciências humanas e sociais é a relação mecânica que as teorias têm assumido na compreensão da produção acadêmica que destacam e relacionam a ocorrência deste processo à perda “da angústia do pensar” e da “libido de conhecer”, conseqüentemente, tendendo a não avançar pelos continentes desconhecidos do conhecimento científico (FONSECA, 2007).

É justamente nesta tênue questão que intersecciona o contato com um referencial bibliográfico já conhecido, mas que ao mesmo tempo apresenta limitações para se compreender os processos emergentes propostos e que, por conseguinte, demandam da ciência geográfica o descobrimento de um “Novo Continente”, que advogamos, ao lado de Costa (2006), a necessidade de tomar as contribuições teóricas já feitas como entrepostos para avançar “mar adentro” e poder não propor tão somente, quanto também (quicá) tenciona-las.

Portanto, sob o enfoque crítico, tomamos o cuidado de rebuscar literaturas acadêmicas e trata-las com especial cuidado para evitar que caiamos nos problemas que tanto discutimos e analisamos teoricamente e que, tal como o território na concepção de Raffestin¹ (MARCONI; LAKATOS, 2009; BAPTISTA; CUNHA; 2009; RAUEN, 2002), os referenciais bibliográficos se tornem “a prisão que o homem constrói para si”.

2.1 *Análise de Conteúdo*

A análise do conteúdo surge pela necessidade de sistematizar as regras e o interesse pelo alargamento das aplicações da técnica a diferentes contextos e pelo surgimento de novas problemáticas no campo metodológico que afetam as investigações e as análises dos dados. Segundo Bardin (2011), a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico. Já que, estudos sobre análise do conteúdo visam incidir em diferentes fontes de dados (BARDIN, 2011).

Na primeira fase preocupa-se com a objetividade nas análises, superando-se as incertezas e o enriquecimento das leituras. Logo, a análise do conteúdo é definida como um método empírico. Segundo Bardin (2011), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplica a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

Posteriormente à primeira, Bardin (2011) e Fonseca (2007) pontuam a descrição analítica apresentando as prováveis aplicações da análise de conteúdo como um método de categorias que permite a classificação dos componentes do significado da mensagem em espécie de gavetas. De acordo com os autores, a análise de conteúdo é uma análise de significados, pois se ocupa de uma descrição objetiva, sistemática, qualitativa e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação.

Embora suas diferenças sejam acentuadas, a análise de conteúdo preocupa-se em conhecer aquilo que está por trás do significado das palavras, visto que, para Bardin (2011) algumas técnicas e procedimentos da análise de conteúdo, fazem menção à análise documental, como forma de condensação das informações, para consulta e armazenamento (Quadro 1).

¹ Para Raffestin (1993) são as relações de poder, por meio de diferentes atores, que se apropriando do espaço que vão formar os territórios, imprimindo nesses suas características relacionais, de acordo com seus objetivos, que podem ter influencias de ordem econômica, política, cultural e até mesmo do meio natural.

Quadro 1 – Distinções entre Análise Documental e Análise de Conteúdo.

Análise Documental	Análise do Conteúdo
<p>Foca-se em documentos; Classificação – Indexação;</p> <p>Objetivo: representação condensada da informação para consulta e armazenagem.</p>	<p>Foca-se em mensagens (comunicações); Categorial-temática (é apenas uma das possibilidades de análise);</p> <p>Objetivo: manipulação de mensagens para confirmar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem.</p>

Fonte: Adaptação do estudo de Bardin (2011).

Sendo assim, a coleta de dados, através da técnica de observação, busca conseguir informações, utilizando os sentidos no processo de alcançar certos aspectos da realidade, a primeira vista incompreensíveis. É um instrumento de investigação, advindo da Antropologia, que se constitui em uma técnica de pesquisa fundamental. Essa técnica auxilia o pesquisador a obter e identificar provas sobre os objetivos que os indivíduos não têm consciência, entretanto, guiam seu comportamento. A observação desempenha papel importante, pois obriga o investigador a estabelecer um contato direto com a realidade estudada (FACHIN, 2003; MARCONI; LAKATOS, 2002).

Finalmente, convém dizer que o pesquisador é livre para trocar de lugar, mudar o foco das observações ou concentrar-se em fatos inesperados, além de permitir a comparação entre as informações recebidas do objeto de estudo, dos agentes e sujeitos da pesquisa e da própria realidade (RAUEN, 2002).

2.2 Caracterização da área de estudos

A região de Paulo Afonso/BA começou a ser habitada por bandeirantes portugueses, no início do século XVIII. Em 1725, o sesmeiro Paulo Viveiros Afonso, recebeu por alvará uma sesmaria, situada na margem esquerda do rio, no lado alagoano, e que abrangia as terras da cachoeira, até então conhecida como Sumidouro. Tempos depois, em 1913, Delmiro Gouveia, industrial e empresário da época, vislumbra com o potencial da região, e implanta um grande e ousado projeto, a primeira usina hidrelétrica do Nordeste, a Usina Angiquinho (FOLHA SARTANEJA, 2015, p. 9).

Em 1958 nasce o município Paulo Afonso/BA (Figura 1), através de sua emancipação política, até então parte do município de Glória/BA. Uma cidade ainda jovem, com um grande futuro pela frente, uma cidade conduzida por mãos fortes de um povo trabalhador e alegre. Hoje considerada uma das melhores cidades do Nordeste, dinâmica e com um grande potencial de crescimento, o verdadeiro “Oásis do Sertão” (TEIXEIRA, 2005).

Figura 1 – Localização da área de estudo.



Fonte: Adaptado pelo autor, a partir dos dados do IBGE (2017).

A área territorial de Paulo Afonso (Figura 1) pertence à microrregião homogênea 147, Sertão de Paulo Afonso, ocupa uma área de 1.545,192 quilômetros quadrados (km²) (IBGE, 2017).

3. Resultados e Discussão

No Brasil, no período entre 1960 a 1990, a construção de usinas hidrelétricas causou impactos irreparáveis ao meio ambiente e à população local atingida pela formação dos grandes lagos. Logo, a construção de usinas hidrelétricas no País tem sido acompanhada de inúmeros conflitos socioespaciais ocasionados pela retirada da população atingida e pelos graves problemas ambientais resultantes de sua construção (FOLHA SERTANEJA, 2015).

Assim, naquele período, os planos do setor elétrico não incluíram nenhuma discussão com a sociedade ou plano de ação que contemplasse a população afetada e as questões ambientais e socioespaciais, o que permitiu a construção de grandes obras hidrelétricas (PEREIRA, 2012).

Do ponto de vista dos projetos que visavam às transformações socioespaciais mais profundas nas estruturas tradicionais pré-existentes naquela região, observa-se que foram poucas as tentativas pioneiras de exploração do Rio São Francisco. No período regencial, destaca-se o inventário realizado por Hafeld que de 1852 a 1854 fez um inventário das potencialidades desse rio. Este documento descreve as características fisiográficas do Rio São Francisco, particularmente destaca, ao seu modo, os limites e as possibilidades de utilização daquele rio para navegação, intercalado com uma descrição sucinta dos povoamentos que este naturalista ia encontrando na sua excursão (SANTIN; FLORES, 2006).

Com relação à área aonde foi construído o Complexo Hidroelétrico de Paulo Afonso, destaca-se o caráter imponente da Cachoeira de Paulo Afonso, no município de Paulo Afonso, Bahia, Brasil, revelando a grandeza simbólica daquela queda d'água. Também se destaca as características geomorfológicas da cachoeira e a riqueza das corredeiras existentes naquela área (TEIXEIRA, 2005).

De acordo com Jucá (1982), no início do século XX, até 1910, observa-se a existência de algumas tentativas de requisição para concessão do uso do Rio São Francisco. Essa autora relata pelo menos dois projetos cujo objetivo era de implementar o desenvolvimento regional, através das potencialidades agrícolas, energéticas e industriais da região. O primeiro foi de um Inglês Richard George Reyde e o segundo de um brasileiro, Francisco Pinto Brandão, tendo sido seus requerimentos indeferidos, sob a alegação de que o desenvolvimento das potencialidades regionais deveria estar sobre o auspício do poder público.

A Pesar do hiato que se formou, (1917 a 1949) a região continuou sendo objeto de estudos e de inventários. Todos eles apontavam para possibilidade de aproveitamento das potencialidades agrícolas e hidrelétricas do Rio São Francisco. Ressalta-se, dentre eles, a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso que já no final dos anos 40 e início da década de 50 do século XX se impunha como uma necessidade imprescindível, tendo sido vista pelo governo Federal (governo Dutra) como a iniciativa que viria a ser a redenção do Nordeste, considerando a situação de estagnação econômica que aquela região se encontrava. Visto que, o objetivo nas palavras do Governo federal da época era corrigir o desequilíbrio econômico acentuado daquela região, oferecendo as condições básicas para que se pudesse desencadear o processo de industrialização da região Nordeste (SÁ; BRASIL, 2005).

A construção da primeira usina hidrelétrica de Paulo Afonso, (PA - I) foi bastante questionada, com discursos regionalistas exaltados, tanto pró como contra a execução de projetos hidrelétricos em Paulo Afonso. Não só discursos de insatisfações do sul e sudeste, contrários a construção das usinas, mais também do Nordeste, contra a própria diretoria da Chesf, que era composta apenas por Engenheiros oriundos do “Sul do País” como se dizia na época (SANTOS, 2008).

Segundo Souza (1955) tais discursos tiveram início na capital de Pernambuco e pretendia desacreditar a direção e os serviços da companhia. Conforme relata o autor, essas insatisfações apresentavam a diretoria da Chesf como um grupo de malfeitores, organizados para prejudicar o Nordeste, uma vez que tais diretores eram vistos como inimigos do Nordeste e espoliadores do povo dessa região.

Sendo assim, Castro (1992, p. 41) quando se refere ao caráter político das interações regionais, afirmando que esse processo:

[...] supõem identificação e coesão internas e competição externa para defesa de padrões, preservação ou obtenção de condições mais vantajosas. Assim, o caráter regionalista é simultaneamente intrínseco e relativo, [representado por] algum nível de tensão regional, latente ou manifesto.

Todavia, a escala intrínseca, das tensões regionais, a que se refere Castro (1992) pode ser observada a partir dos processos que levaram ao desmembramento do então distrito de Paulo Afonso em 1959, do vizinho município de Gloria/BA. Tais tensões vinham, sobretudo de representantes de partidos políticos locais, que se manifestavam contra a construção do muro que foi erguido pela Chesf para separar o acampamento, que esta companhia havia construído, da “Vila Poty”, que era o local onde residiam os trabalhadores não qualificados os quais se sentiam, de certa forma, discriminados em relação ao acesso aos serviços e a infraestrutura que aquele acampamento oferecia (FOLHA SERTANEJA, 2015).

Contornados a fase pioneira da construção da primeira Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso PA I, segue-se a fase de expansão e consolidação do sistema hidrelétrico da Chesf, sendo construídas várias Usinas, ao passo que o sistema de transmissão de energia foi sendo rapidamente expandido, principalmente para atender as capitais nordestinas (SANTOS, 2010).

Portanto, no projeto original de Construção da PA I previa-se a possibilidade de expansão do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso, dessa forma ainda em 1955 foram iniciadas as obras da hidrelétrica de Paulo Afonso II que tiveram seus últimos geradores instalados em 1968. O aumento da demanda, contudo, resultou no início da construção da hidrelétrica de Paulo Afonso III, cujas obras foram iniciadas em 1966, sendo concluída e totalmente instaladas em 1974. Assim como a PA I, a PA II e PA III, foram construídas em Galerias subterrâneas. Em 1974 somavam 1.524 MW de capacidade instalada (CHESF, 2017).

Para Santos (2008) com a mudança da sede da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF do Rio de Janeiro para o Recife em 1975 inicia-se a fase de reestruturação do sistema hidrelétrico regional. A instalação de Indústrias eletro-intensivas no Nordeste provoca o aumento exponencial da demanda de Energia elétrica, principalmente em função do aumento do preço do petróleo, cujos reflexos econômicos faz se sentir, sobretudo a partir da segunda metade da década de 70 do século XX.

Consequentemente, é nesse contexto, que são iniciadas as obras da hidrelétrica de Moxotó, em 1971. Esta hidrelétrica apesar de estar situada no vizinho município de Glória/BA integra o complexo hidrelétrico de Paulo Afonso. Sua conclusão ocorreu em 1974 com o enchimento de um reservatório com capacidade de acumular 1 milhão de metros cúbicos de água (CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1998) inundando a área urbana e parte da área rural do município de Glória/BA (MENDONÇA; BRITO, 2007).

Para ANEEL (2005), do ponto de vista técnico a hidrelétrica de Moxotó teve como objetivo não só ampliar a forte demanda do nordeste por energia, mais também visou à regularização plurissemanal da vazão do Rio São Francisco na região de Paulo Afonso.

Entretanto, do ponto de vista socioeconômico e ambiental, o enchimento do reservatório da Usina Apolônio Sales trouxe grandes prejuízos para a população local. O reassentamento da população foi feito as pressas, sendo na prática, os moradores tanto da zona urbana como rural, forçados a sair rapidamente da área, para que se pudesse encher o reservatório (NOBRIGA, 2011; IULIANELLI, 2000).

Por outro lado, na ocasião foi construída uma nova sede para o município de Glória/BA, num ambiente em que a população pouco pode opinar sobre sua localização, sendo que parte dos moradores da área urbana dessa cidade acabou resistindo a sua permanência no novo núcleo urbano recém-construído, preferindo constituir um núcleo alternativo localizado na beira do lago da hidrelétrica, no local chamado Quixabá que fica a aproximadamente 30 quilômetros a montante do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso/BA (REIS, 2004).

Foram significativas as transformações na paisagem. A cidade foi reconstruída com habitações padronizadas, à semelhança dos grandes conjuntos habitacionais. A mudança da paisagem urbana, nesse caso, tendeu a mudar as representações sociais que as pessoas fizeram da nova cidade. Pode-se dizer também que foram substancialmente atingidos os valores culturais, mudando os significados e o valor afetivo que reassentados faziam de seus espaços, de suas tradições, hábitos e costumes (SANTOS, 2007).

A Nova sede do município de Glória, pela sua proximidade, da área urbana do município de Paulo Afonso/BA e pela importância regional (Concentrador de serviços, Base do complexo Hidrelétrico do São Francisco e Agregador de mão de obra especializada) que essa cidade exerce, sobretudo no setor de serviços, (serviços públicos, comércio varejista e atacadista) acabou perdendo as funções típicas, inerentes ao espaço urbano de uma cidade. Nesse sentido as funções urbanas dessa cidade acabaram sendo transferidas para o centro regional de maior importância (CODEVASF, 2001; BATISTA, 1999).

Diante disso, a base socioeconômica do município foi desorganizada sem que se propiciasse condições de sua reorganização, atingindo, principalmente, as atividades agropecuárias, com a inundação dos aluviões férteis da beira do rio e com a perda dos espaços para o criatório de alguns rebanhos, que eram criados próximos as roças na beira do rio (MENEZES; ROCHA, 2010).

Muitas das indenizações foram realizadas a um custo muito baixo, uma vez que foram desconsideradas as terras devolutas, ou seja, aquelas que não eram tituladas, indenizando-se, nesse caso, apenas aquelas que

possuíam título de posse. Esse fato de acordo Andrade (1993) acabou provocando a contestação na justiça, dos valores indenizados, sendo que, em alguns casos, tais valores foram corrigidos em mais de 100%.

Paralelamente a construção da hidrelétrica de Apolônio Sales iniciou-se a construção da hidrelétrica Paulo Afonso IV em 1972, a última das hidrelétricas que compõe o complexo de Paulo Afonso. Sua construção baseou-se na possibilidade de aproveitamento das águas do reservatório de Apolônio Sales, através da construção de um canal com mais de 5 quilômetro de extensão e uma largura média de 135 metros.

Após o enchimento do pequeno reservatório que se formou em torno da cidade de Paulo Afonso/BA, intensificou-se o processo de ocupação urbana dos espaços remanescentes da formação daquele lago, tendo como consequência a forte expansão dos bairros periféricos desta cidade, bem como o aproveitamento das suas margens, para o lazer, com a formação de praias fluviais e de pequenas propriedades, “granjas de lazer” que se prestam ao lazer da população local. Essa hidrelétrica teve sua capacidade de geração de energia totalmente concluída em 1983, quando acumulou uma capacidade total de 2.460 MW instalados (OLIVEIRA, 2005).

Finalmente, mesmo antes da conclusão das obras da hidrelétrica de Paulo Afonso IV, já era de conhecimento a necessidade de regularizar o regime de água do rio São Francisco, dada a grande variação observada entre os períodos em que esse volume se apresentava muito baixo e aqueles em que ocorriam excedentes de água.

Esse problema foi contornado com a construção da Hidrelétrica de Sobradinho, situada a 40 quilômetros a montante dos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro na Bahia. Sua construção foi concluída em 1979 com uma capacidade final instalada de 1059 MW. Destacam-se, também os impactos socioespaciais produzidos pela construção daquela hidrelétrica que exigiu a realocação de cerca de 64.000 pessoas (PEREIRA, 2012; MUCCINI; MALTA, 2007).

4. Conclusão

O aproveitamento do potencial hidroelétrico do rio São Francisco no trecho semiárido do nordeste do Brasil representou para a sociedade nordestina, das primeiras décadas do século XX, que viviam na área, um processo de introdução de um modelo de indução de desenvolvimento muito difundido naquela época, ou seja, um desenvolvimento reduzido à ideia de simples crescimento econômico.

Ao investigarmos os fenômenos urbanos a partir da teoria socioespacial foi possível proporcionar amparo empírico, em um campo da prática marcado por abordagens normativas amplamente baseadas em inferências.

Com relação aos fatores socioespaciais, o estudo levantou aspectos importantes a serem considerados, quando da inserção de um empreendimento hidrelétrico em uma determinada região.

Finalmente, é importante que as questões regionais sejam incluídas desde a fase do planejamento, de forma que o projeto possa prever mitigar ou minimizar os efeitos adversos, mobilizando recursos e contribuindo para a qualidade de vida da população direta e indiretamente atingida, pelo empreendimento.

5. Agradecimentos

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), a Coordenação de Geografia (CGeo) e ao Grupo de Estudos em Meio Ambiente (BIOMA), por todo o apoio e as orientações que culminaram nesta pesquisa.

6. Referências

ANDRADE, M. C. de. **Tradição e Mudança. A organização do Espaço rural e urbano na área de irrigação do sub-médio São Francisco.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 27-28.

_____, Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de energia elétrica do Brasil.** 2. Ed. – Brasília: ANEEL 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 229p. 2011.

BATISTA, E. **Nós Fizemos Paulo Afonso.** Paulo Afonso, 1999.

BAPTISTA, S. G.; CUNHA, M. B. da. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 168- 184, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n2/v12n2a11.pdf>. Acesso em: 01 de outubro de 2017.

CASTRO, I. E. de. **O Mito da Necessidade: Discurso e prática do regionalismo Nordestino.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CHESF. **COMPLEXO HIDROELÉTRICO DE PAULO AFONSO, BAHIA.** <https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/ComplexoPauloAfonso.aspx>. Acessado em 05 de novembro de 2017.

CME; CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. **50 ANOS CHESF - 1948/1998,** Rio de Janeiro: 1998.

_____. **Memória da eletricidade** - Rio de Janeiro: FGV, 1993.

CODEVASF. **Almanaque** – Vale do São Francisco. 1a ed. Brasília, 2001.

COSTA, A. **Metodologia científica.** Mafra: Nosde, 2006.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FOLHA SERTANEJA. A energia de Paulo Afonso muda a história do Nordeste há 60 anos. Notícias_21866407. Paulo Afonso/BA. **Folha Sertaneja online.** 9p. 2015. Disponível em: <http://www.folhasertaneja.com.br/noticia/21866407/especiais/a-energia-de-paulo-afonso-muda-a-historia-do-nordeste-ha-60-anos/?indice=10>. Acesso em: 19/01/2018.

FONSECA, R. C. **Como elaborar projetos de pesquisa e monografias** – Guia Prático. Curitiba: Imprensa

Oficial, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IULIANELLI, J. A. S. Análise (curta) dos confrontos (recentes) do pólo sindical do Sub-Médio São Francisco : quando o inimigo é difuso e criminoso. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 185, p. 37-56, jan.-fev. 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDONÇA, L. L. de; BRITO, M. E.. (coord.) **Caminhos da modernização: cronologia da energia elétrica no Brasil (1878-2007)**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil (1979-2007), 2007.

MENEZES, A. C. S.; ROCHA, F. (Orgs.). **A Resistência à Transposição do Rio São Francisco na Paraíba Historias de Luta em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste**. João Pessoa: Sal da Terra, 2010. 76 p.

NOBREGA, R. S. Os Atingidos por Barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, n. 36, p. 125-143, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, E. A. F. de. Nos Trilhos da História de Piranhas: um ensaio sobre a Estrada de Ferro Paulo Afonso. In: SÁ, Antônio Fernando de Araújo; BRASIL, Vanessa Maria (Orgs.). **Rio Sem História? Leituras sobre o Rio São Francisco**. Aracaju: Fapese, 2005. p. 221-239.

PEREIRA, M. da C. M.. “História Local e Regional- singularidades de uma história plural”. In: FARIAS, Sara Oliveira; LEAL, Maria das Graças de Andrade (Orgs.). **História Regional e Local II: o plural e o singular em debate**. Salvador, EDUNEB, 2012.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, n° 53, junho de 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.

RAUEN, F. J. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão: Unisul, 2002.

REIS, R. R. do A. **PAULO AFONSO E O SERTÃO BAIANO: SUA GEOGRAFIA E SEU POVO**. 1 ed. Paulo Afonso-BA: Fonte Viva, 2004.

SÁ, A. F. de A.; BRASIL, V. M. (Orgs.). **Rio Sem História? Leituras sobre o Rio São Francisco**. Aracaju: Fapese, 2005.

SANTIN, J. R.; FLORES, D. H. A evolução histórica do município no federalismo brasileiro, o poder local e o estatuto da cidade. **Revista Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 20 n°, 2006.

SANTOS, R. G. dos. **Impactos socioambientais à margem do Rio São Francisco: um estudo de caso**. 2008. 193 f. Dissertação de Mestrado – Dpgeo/Fflch-USP, São Paulo, 2008.

SANTOS, S. **Lamento e dor**: Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 279f. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SANTOS, A. M. Política Urbana: a importância de focalizar as cidades médias. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v.05, n. 02, 153- 177. 2010.

SOUZA, E. B. C A Geopolítica da produção do Espaço: localização da hidrelétrica da Itaipu Binacional. **Revista Geografares**, n.9, p.141-167, jul./Dez., 2011.

SOUZA, É. J. C. de. **Políticas territoriais do Estado da Bahia**: regionalização e planejamento. Dissertação (Mestrado em Geografia). Salvador: UFBA, 2008.

SOUZA, A. J. A. de. **A Energia de Paulo Afonso e o Nordeste**. Recife: Gráfica e Editora do Recife S/A, 1955. 42 p.

TEIXEIRA, C. **História da Energia na Bahia**. Salvador: EPP Publicações e Publicidade, 2005.